



Transformações produtivas na agricultura familiar pronaiana no estado da Bahia: uma análise comparativa entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Productive transformations in Pronaf-Oriented family farming in the state of Bahia: a comparative analysis based on the Agricultural Censuses of 2006 and 2017

Agnaildo Bispo dos Santos¹ 

Marcelo Inácio Ferreira Ferraz² 

Cristiane Aparecida de Cerqueira³ 

Clesio Marcelino de Jesus⁴ 

Resumo

Este artigo analisa as transformações nas atividades produtivas da agricultura familiar com perfil pronaiano no estado da Bahia, comparando os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Com base em estatística descritiva e representação cartográfica, investiga-se a dinâmica das lavouras permanentes e temporárias, além da pecuária naquele segmento produtivo. Os resultados revelam reconfigurações relevantes, como a expansão da palma forrageira, o recuo da mandioca e a redistribuição territorial de cultivos como o maracujá e a banana. Na pecuária, observou-se aumento na produção de aves e reduções significativas na criação bovina e suína, demonstrando a capacidade adaptativa frente às adversidades, principalmente climáticas, enfrentadas por este grupo de produtores no intervalo estudado. A análise demonstra a importância estratégica da agricultura familiar para o abastecimento alimentar e evidencia a centralidade do Pronaf como política pública de mitigação de desigualdades produtivas. Sustenta-se a necessidade de políticas mais integradas e territorializadas, que considerem a diversidade regional e o papel multifuncional da agricultura familiar nos territórios rurais baianos.

Palavras-chave: agricultura familiar; Pronaf; produção agropecuária; desenvolvimento rural.

¹ Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas Pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: agnaildo_84@msn.com

² Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: mfferraz@uesc.br;

³ Doutora em Economia; Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: ccerqueira@uesc.br

⁴ Doutor em Economia; Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil. E-mail: clesiomj@ufu.br

Abstract

This article analyzes the transformations in the productive activities of family farming with a Pronaf profile in the state of Bahia, based on a comparison of data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses. Using descriptive statistics and cartographic representation, the study investigates the dynamics of permanent and temporary crops, as well as livestock farming. The results reveal significant reconfigurations, such as the expansion of forage cactus, the decline of cassava cultivation, and the territorial redistribution of crops like passion fruit and banana. In livestock, there was an increase in poultry production and a significant decrease in cattle and pig farming, highlighting the adaptive capacity of this group of farmers in the face of adversities, especially climatic ones, during the study period. The analysis demonstrates the strategic importance of family farming for food supply and underscores the centrality of Pronaf as a public policy for mitigating productive inequalities. It advocates for the implementation of more integrated and territorially grounded policies that take into account regional diversity and the multifunctional role of family farming in rural territories of Bahia.

Keywords: family farming; Pronaf; agricultural production; rural development.

Introdução

A agricultura familiar configura-se como um dos pilares fundamentais da produção agroalimentar no Brasil, sendo responsável por uma fração substancial dos alimentos que compõem a base da dieta nacional. Entre os principais produtos oriundos desse segmento, destacam-se a mandioca, o feijão (em suas diversas variedades) e o arroz, evidenciando sua relevância para a segurança alimentar e nutricional do país (Hoffman, 2014). Esse segmento social é caracterizado pelo uso predominante da força de trabalho familiar, pela gestão direta da unidade produtiva e por forte enraizamento territorial.

Apesar de sua expressiva presença quantitativa e relevância social, a agricultura familiar é historicamente marcada por estar à margem das prioridades do investimento público no meio rural. Por conseguinte, esta categoria produtiva enfrenta diversos desafios, dentre os quais destacam-se: dificuldades no acesso a crédito e à tecnologia, falta de infraestrutura e incipiência de políticas públicas, particularmente nas regiões com menores índices de desenvolvimento, como o Nordeste brasileiro (Abramovay, 1992; Wanderley, 2000; Leite; Wesz Junior, 2009).

A constituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, representou um marco no reconhecimento institucional dessa

categoria. A Lei nº 11.326/2006 consolidou juridicamente os critérios para a definição de agricultor(a) familiar, permitindo maior direcionamento de políticas públicas específicas. Ainda assim, os desafios enfrentados por esse segmento produtivo permanecem múltiplos e complexos, exigindo abordagens que considerem suas heterogeneidades regionais e suas funções sociais, econômicas e ambientais.

Na Bahia, a agricultura familiar apresenta grande diversidade agroecológica e sociocultural, com destaque para sua expressiva participação na estrutura agrária: em 2017, 77,8% dos estabelecimentos agropecuários do estado eram familiares, embora ocupassem apenas 32,2% da área total (Fortini, 2021). A predominância de produtores com perfil pronaiano reforça o papel do crédito rural como ferramenta central na manutenção e transformação da base produtiva familiar, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade climática, como o Semiárido baiano.

Nesse sentido, compreender as transformações produtivas desse segmento em períodos distintos permite identificar tendências, continuidades e rupturas que afetam diretamente a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares e a eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Diante disso, este artigo tem por objetivo analisar as transformações nas características produtivas da agricultura familiar com perfil pronaiano no estado da Bahia entre os anos de 2006 e 2017. A análise centra-se nos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, com ênfase nas lavouras temporárias e permanentes, bem como nas atividades pecuárias, buscando compreender as mudanças quantitativas e espaciais na produção agropecuária familiar à luz das políticas públicas e dinâmicas territoriais.

Referencial teórico: agricultura familiar, território e políticas públicas

A agricultura familiar é reconhecida, tanto na literatura acadêmica quanto no marco jurídico brasileiro, como um segmento produtivo dotado de especificidades que o diferenciam da lógica empresarial agrária. Trata-se de um modo de organização produtiva em que o trabalho familiar é preponderante, a gestão da unidade ocorre de forma direta e o vínculo com o território transcende a dimensão econômica, incorporando aspectos socioculturais e ambientais (Abramovay, 1992; Schneider, 2010; Wanderley, 2000).

Desde os anos 1990, com o fortalecimento dos movimentos sociais rurais e a institucionalização de políticas públicas direcionadas ao campo, a agricultura familiar ganhou centralidade no debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro. A criação do Pronaf, em 1996, constituiu o principal marco desse reconhecimento, representando a transição de um paradigma centrado na modernização conservadora para outro que, ao menos em tese, visava à inclusão produtiva de um segmento historicamente marginalizado nas estratégias de desenvolvimento nacional (Grisa; Schneider, 2014).

A institucionalização da categoria “agricultor(a) familiar”, formalizada pela Lei nº 11.326/2006, estabeleceu critérios objetivos, como o limite de quatro módulos fiscais, a predominância do trabalho familiar e a renda vinculada ao próprio estabelecimento (BRASIL, 2006), que permitiram a focalização das políticas públicas. No entanto, os efeitos do Pronaf e de outras ações do Estado sobre a agricultura familiar permanecem desiguais, refletindo as assimetrias regionais, as limitações na assistência técnica, a baixa capilaridade de serviços financeiros e o descompasso entre oferta de crédito e real capacidade de endividamento (Grisa, 2012; Buainain *et al.*, 2014).

A literatura também destaca a multifuncionalidade da agricultura familiar, isto é, sua capacidade de desempenhar papéis econômicos, sociais, culturais e ambientais nos territórios em que se insere. Essa noção desafia a visão tradicional que reduz a agricultura a uma atividade exclusivamente produtiva, ao enfatizar seu papel na preservação ambiental, na manutenção da coesão social e na promoção da segurança e soberania alimentar (Wanderley, 2000; Silva, 2015; Aquino; Alves; Vidal, 2020).

No caso específico do Semiárido nordestino, a agricultura familiar assume contornos ainda mais complexos. A escassez hídrica, a variabilidade climática e a fragilidade da infraestrutura impõem desafios adicionais, que demandam políticas públicas adequadas à lógica da convivência com o Semiárido, como o incentivo à agroecologia, o fomento à palma forrageira e o fortalecimento das redes territoriais de comercialização (Blamont *et al.*, 2002; Matos, 2020).

Nesse contexto, a análise das mudanças nas características produtivas da agricultura familiar baiana, especialmente dos produtores com perfil pronaiano, exige uma abordagem territorializada, que reconheça as diferentes trajetórias de inserção desses sujeitos no mundo rural contemporâneo. A perspectiva territorial permite compreender as

dinâmicas produtivas não apenas como resultado de decisões econômicas individuais, mas como expressões de processos históricos, relações sociais e políticas públicas em disputa (Abramovay, 2000; Silva, 2015).

Ao adotar essa “lente” analítica, este estudo busca contribuir para o debate sobre os limites e potencialidades da agricultura familiar enquanto vetor de desenvolvimento rural sustentável, chamando atenção para as reconfigurações produtivas ocorridas entre 2006 e 2017, período marcado por significativas alterações nos contextos político, climático e econômico do Brasil.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem quantitativa e descritiva, com base em dados secundários provenientes dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017⁵, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise tem como recorte empírico os estabelecimentos agropecuários localizados no estado da Bahia que se enquadram no perfil da agricultura familiar conforme os critérios definidos pela Lei nº 11.326/2006 e identificados como beneficiários potenciais do Pronaf.

A seleção dos grupos produtivos – lavouras permanentes, lavouras temporárias e pecuária – foi orientada por sua elevada representatividade estatística e pela possibilidade de comparação longitudinal entre os dois períodos analisados. Esses grupos produtivos concentram a maior parte das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares baianos, além de expressarem dinâmicas distintas no que tange à organização do trabalho, ao uso do território e à inserção em políticas públicas.

Para o tratamento e análise dos dados, empregou-se o *software* R (versão 4.2.2) com vistas à aplicação de técnicas de estatística descritiva. Foram calculadas frequências absolutas, relativas e variações percentuais entre os anos de 2006 e 2017, com o objetivo de identificar tendências de crescimento, retração ou estabilidade na produção agropecuária.

⁵ Os resultados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 não são estritamente comparáveis, pois o Censo de 2006 adotou como referência a safra agrícola, enquanto o Censo de 2017 utilizou o ano de referência do estabelecimento (ano civil). Apesar dessa diferença metodológica, a comparação é considerada válida para a análise das tendências gerais da produção agrícola familiar.

Além da análise estatística, procedeu-se à representação cartográfica da distribuição espacial das principais culturas e atividades pecuárias por município, por meio do uso do *software* QGIS (versão 3.28.2). Os mapas temáticos possibilitaram visualizar a concentração, dispersão ou deslocamento territorial da produção entre os dois períodos, contribuindo para a compreensão das reconfigurações produtivas no espaço rural baiano.

O enfoque territorial, portanto, articula duas dimensões complementares: a análise quantitativa da produção e sua distribuição geográfica, permitindo a identificação de padrões espaciais, dinâmicas regionais e possíveis implicações para as políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Resultados e discussão

Lavouras permanentes: continuidade produtiva e reconfiguração territorial

As lavouras permanentes assumem papel estratégico na estrutura produtiva da agricultura familiar baiana, especialmente entre os estabelecimentos com perfil pronaiano. A análise comparativa entre 2006 e 2017 revela uma relativa estabilidade na produção total, com variações significativas em termos de produtos específicos e de sua distribuição territorial (Tabela 1).

Tabela 1 – Produtos de lavouras permanentes dos estabelecimentos agropecuários familiares com perfil pronaiano da Bahia, em 2006 e 2017 (toneladas e percentual)

Produtos Lavouras Permanentes	2006	(%)	2017	(%)	Variação (%)
Banana	264.297	40,20	260.371	37,59	-1,49
Laranja	121.901	18,54	134.528	19,42	10,36
Maracujá	60.745	9,24	73.759	10,65	21,42
Cacau (amêndoa)	36.236	5,51	40.974	5,92	13,08
Agave, sisal (fibra)	42.727	6,50	22.353	3,23	-47,68
Agave, sisal (folha)	14.061	2,14	6.383	0,92	-54,60
Manga	33.685	5,12	73.945	10,68	119,52
Café arábica em grão (verde)	19.723	3,00	9.701	1,40	-50,81
Café canephora (robusta, conilon) grão (verde)	3.721	0,57	10.152	1,47	172,83
Dendê (coco)	14.798	2,25	7.945	1,15	-46,31
Outros produtos	45.481	6,92	52.549	7,59	15,54
Total	657.375	100	692.660	100	5,37

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 2006 e 2017). **Org:** autores, 2023.

Nota. Foram retirados do somatório a graviola e coco-da-baía, cujas medidas são em unidades.

A cultura da banana manteve-se como a principal lavoura permanente, respondendo por 40,2% da produção em 2006 e 37,6% em 2017, mesmo com uma leve retração de 1,49% (Tabela 1). Sua ampla presença territorial, observada nos dois períodos, indica não apenas resiliência produtiva, mas também sua adaptação a diferentes contextos geoambientais do estado. Em 2017, os maiores volumes foram registrados em municípios das regiões do oeste e do litoral sul, como Bom Jesus da Lapa e Valença, apontando para uma descentralização da produção anteriormente mais concentrada no norte do estado. A queda na produção de banana também foi significativa para os agricultores familiares a nível nacional, reduzindo de 2.266.895 para 1.953.813 toneladas de 2006 para 2017, baixa de 14% (Valadares, 2022).

Outro destaque apresentado na Tabela 1 foi a laranja, cuja produção cresceu 10,36% no período, passando de 121,9 mil toneladas em 2006 para 134,5 mil em 2017. A consolidação de municípios de Rio Real e Esplanada como principais produtores sinaliza uma reorganização da citricultura familiar na região nordeste do estado, particularmente no Recôncavo Baiano, região historicamente marcada pela diversificação da agricultura familiar (Rodrigues, 2018).

O maracujá apresentou expansão notável, tanto em volume (21,42%) quanto em dispersão territorial (Tabela 1). Em 2006, sua produção estava fortemente concentrada no município de Juazeiro (norte baiano), mas em 2017 observa-se uma presença mais significativa no centro-sul e sudoeste da Bahia, com destaque para Livramento de Nossa Senhora e Brumado. Essa reconfiguração territorial pode estar associada à adaptação agroecológica do cultivo, bem como à busca por nichos de mercado regionalizados, estratégia comum entre agricultores familiares (Schneider; Cassol, 2013).

O cacau manteve-se como importante cultura na região sul do estado, com crescimento de 13,08% na produção entre 2006 e 2017 (Tabela 1). A persistência da cacauicultura entre os agricultores familiares com perfil pronaiano sugere relativa estabilidade na cadeia produtiva, ainda que com desafios associados à renovação dos cacauzeiros e à pressão por mecanização, aspectos menos acessíveis aos pequenos produtores (Silva, 2015).

Em contrapartida, algumas culturas apresentaram declínio expressivo. É o caso do agave (sisal), cuja produção de fibra e folha caiu 47,7% e 54,6%, respectivamente. Embora a Bahia ainda concentre cerca de 90% da produção nacional, o encolhimento da

atividade entre os agricultores familiares pode estar relacionado à ausência de políticas públicas específicas, à volatilidade dos preços internacionais e à precarização das relações de trabalho no setor (Andrade; Ornelas; Brandão, 2009).

Além das culturas anteriormente analisadas, a produção de manga apresentou crescimento de 119,52% entre 2006 e 2017 (Tabela 1). A produção concentrou-se na região do Baixo Médio São Francisco, destacando-se os municípios de Juazeiro e Livramento de Nossa Senhora. Em 2006, Juazeiro produziu 11.926 toneladas (35% do total estadual) e Livramento de Nossa Senhora 10.693 toneladas (32%). Em 2017, ambos permaneceram como os principais produtores, com 39.785 toneladas (54% do total) e 16.979 toneladas (23%), respectivamente (IBGE, 2006, 2017).

Destaca-se, também, a produção de Café canephora (robusta/conilon), que cresceu 172,8% entre 2006 e 2017 (Tabela 1). Em 2006, apenas Itamaraju apresentava produção expressiva, 971 toneladas, correspondendo a 26% da produção total produzido dessa cultura entre os estabelecimentos familiares. O aumento concentrou-se nos municípios do extremo Sul do estado, destacando-se Itabela (1.863 toneladas), Itamaraju (1.174 toneladas) e Alcobaça (1.136 toneladas) (IBGE, 2006, 2017).

Esses resultados demonstram que, embora algumas lavouras permanentes tenham mantido papel central na agricultura familiar com perfil pronaiano, outras vêm passando por profundas reconfigurações territoriais e produtivas. Tais transformações exigem políticas públicas que levem em consideração a diversidade de trajetórias locais, os limites agroecológicos regionais e os distintos níveis de acesso às inovações técnicas, além do crédito rural.

Lavouras Temporárias: retrações e emergências

As lavouras temporárias ocupam posição central na agricultura familiar, tanto por sua função no autoconsumo quanto por seu papel na geração de renda nos circuitos curtos de comercialização. No entanto, a análise dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 evidencia uma retração generalizada na maioria dessas culturas entre os agricultores familiares com perfil pronaiano no estado da Bahia, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Produtos de lavouras temporárias dos estabelecimentos agropecuários familiares com perfil pronaiano da Bahia, 2006 e 2017 (toneladas e percentual)

Produtos	2006	(%)	2017	(%)	Variação (%)
Sorgo forrageiro	790.082	28,97	32.895	1,61	-95,84
Mandioca (aipim, macaxeira)	582.208	21,35	298.018	14,55	-48,81
Milho em grão	519.815	19,06	141.850	6,93	-72,71
Cana-de-açúcar	243.136	8,91	113.869	5,56	-53,17
Feijão fradinho em grão	151.226	5,54	16.335	0,80	-89,20
Feijão de cor em grão	110.828	4,06	30.241	1,48	-72,71
Cana forrageira	56.416	2,07	14.649	0,72	-74,03
Feijão verde	46.694	1,71	6.259	0,31	-86,60
Melancia	40.776	1,50	58.018	2,83	42,28
Mamona	37.995	1,39	8.762	0,43	-76,94
Palma forrageira	0,00	0,00	961.381	46,95	-
Outros Produtos	148.172	5,43	365.366	17,84	146,58
Total	2.727.348	100	2.047.643	100	-24,92

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 2006 e 2017).

Org: autores, 2023.

A mandioca, cultura historicamente associada à subsistência e à identidade alimentar do campesinato nordestino, apresentou queda de 48,8% no volume produzido, passando de 582.208 para 298.018 toneladas no período analisado. Apesar da retração, manteve-se como a lavoura temporária mais relevante, representando 14,5% da produção total do segmento em 2017 (Tabela 2). Essa redução pode estar associada à diminuição da mão de obra familiar disponível, ao envelhecimento dos produtores e à baixa inserção da mandioca em políticas estruturantes de comercialização e agregação de valor (Buainain *et al.*, 2014).

O milho em grão também sofreu queda expressiva de 72,7%, passando de mais de 519 mil toneladas para 141 mil toneladas (Tabela 2). Essa cultura, central para a segurança alimentar e para a alimentação animal, teve sua produção concentrada em municípios do nordeste baiano, região denominada Sealba⁶ – nova fronteira agrícola

⁶ A região Sealba corresponde a uma área de elevado potencial agrícola delimitada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), abrangendo partes dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia. A região reúne 171 municípios (69 em Sergipe, 74 em Alagoas e 28 na Bahia) e cerca de 5,15 milhões de hectares de área territorial (Embrapa, 2020).

caracterizada pela produção intensiva de milho e feijão (Ribeiro; Couto, 2020). Mesmo assim, a forte redução em volume entre 2006 e 2017 sugere limites estruturais para sua continuidade entre os produtores familiares, especialmente diante da elevação dos custos de insumos e da maior dependência de tecnologias específicas.

Outra retração notável ocorreu nas culturas do feijão (de cor, fradinho e verde), com quedas superiores a 70% (Tabela 2). A redução drástica na produção dessas leguminosas, tradicionalmente voltadas ao consumo local e regional, alerta para a fragilização de sistemas alimentares descentralizados e aponta para a crescente dificuldade da agricultura familiar em sustentar cadeias produtivas básicas sem apoio técnico, organizativo e mercadológico.

Em contrapartida, o surgimento da palma forrageira como principal lavoura temporária em 2017 representa uma reconfiguração significativa na estratégia produtiva dos agricultores familiares, sobretudo no Semiárido baiano. Ausente em 2006, essa cultura passou a representar 46,9% do total produzido em 2017, com quase 1 milhão de toneladas, concentradas em 163 municípios. Essa ascensão está diretamente vinculada às condições de aridez prolongada enfrentadas no período, tornando a palma uma alternativa estratégica para garantir a alimentação animal durante as estiagens (Matos, 2020).

Além disso, a palma forrageira destaca-se por seu potencial na lógica da convivência com o Semiárido, tema recorrente nas agendas de pesquisa e política pública voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Sua incorporação nos sistemas de produção familiar reflete tanto a capacidade adaptativa dos agricultores quanto a necessidade de políticas mais afinadas com as realidades ecológicas locais (Blamont *et al.*, 2002).

A melancia e o abacaxi foram os únicos cultivos com crescimento significativo, embora com menor peso relativo na matriz produtiva. O caso do abacaxi, em especial, revela uma forte concentração territorial em Itaberaba, que respondeu por 77% da produção em 2017. Essa dinâmica sinaliza para a formação de polos especializados dentro da agricultura familiar, capazes de se inserir em mercados regionais com relativa competitividade.

No conjunto, os dados revelam uma tendência de retração nas culturas alimentares tradicionais e uma crescente especialização em culturas adaptadas às condições climáticas adversas. Essa transição, contudo, não ocorre de forma homogênea, tampouco voluntária: ela é mediada por fatores estruturais como a intensificação da seca, a falta de assistência

técnica, os baixos preços de mercado e a fragilidade dos circuitos de comercialização da agricultura familiar.

Tais evidências reforçam a necessidade de políticas públicas territorializadas que contemplem não apenas o crédito rural, mas também infraestrutura hídrica, extensão rural contextualizada e incentivos à agroindustrialização familiar. A sustentabilidade das lavouras temporárias e, por extensão, da segurança alimentar, dependerá da capacidade de articular conhecimento técnico, valorização de saberes locais e apoio institucional efetivo.

Pecuária familiar: diversificação e reconfigurações

A pecuária desempenha papel relevante na composição dos sistemas produtivos da agricultura familiar com perfil pronaiano, seja como complemento da renda, seja como estratégia de segurança alimentar e estabilidade econômica diante de oscilações climáticas e de mercado. A análise dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 aponta para um processo de reconfiguração desse segmento entre os agricultores familiares baianos, evidenciado por movimentos distintos nas diferentes cadeias produtivas (Tabela 3).

Tabela 3 – Produção pecuária (número de cabeças) dos estabelecimentos agropecuários familiares com perfil pronaiano da Bahia, em 2006 e 2017, valor absoluto e relativo

Produção pecuária – animal	2006	(%)	2017	(%)	Varição (%)
Aves	9.890.000	68,59	14.453.263	77,82	46,14
Bovinos	3.869.815	26,84	3.476.165	18,72	-10,17
Suínos	659.925	4,58	643.527	3,46	-2,48
Total	14.419.740	100,00	18.572.955	100,00	28,80

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 2006 e 2017).

Org: autores, 2023.

A produção bovina, historicamente relevante no interior do estado, sofreu retração de 10,17% no período, passando de 3,86 milhões para 3,47 milhões de cabeças (Tabela 3). Essa diminuição pode estar relacionada à redução da capacidade de suporte das pastagens em áreas semiáridas, ao avanço da degradação ambiental e à

elevação dos custos de manutenção dos rebanhos de médio porte. Observa-se, ainda, que o sistema extensivo de criação, comum entre pequenos produtores, mostra-se cada vez menos viável diante da escassez de recursos hídricos e da baixa produtividade (Buainain *et al.*, 2014).

A suinocultura também apresentou leve declínio, com uma redução de 2,48% no número de cabeças (Tabela 3). Ainda que represente uma parcela menor da pecuária familiar em termos absolutos, sua presença está vinculada a circuitos curtos de comercialização e ao aproveitamento de resíduos alimentares, o que a torna importante para economias locais. Sua estagnação pode indicar uma perda de competitividade frente à suinocultura empresarial, fortemente tecnificada e integrada às agroindústrias.

Em contraste com esses recuos, a avicultura destacou-se como a atividade pecuária de maior crescimento no período, com aumento de 46,14% no efetivo de aves (Tabela 3). O salto de cerca de 9,8 milhões para 14,4 milhões de cabeças revela uma aposta dos agricultores familiares em sistemas produtivos mais intensivos, de ciclo curto e menor custo de manutenção. Municípios como São Gonçalo dos Campos e Feira de Santana, localizados na região do recôncavo baiano e em áreas de transição entre a Mata Atlântica e o Semiárido, consolidaram-se como polos expressivos dessa atividade.

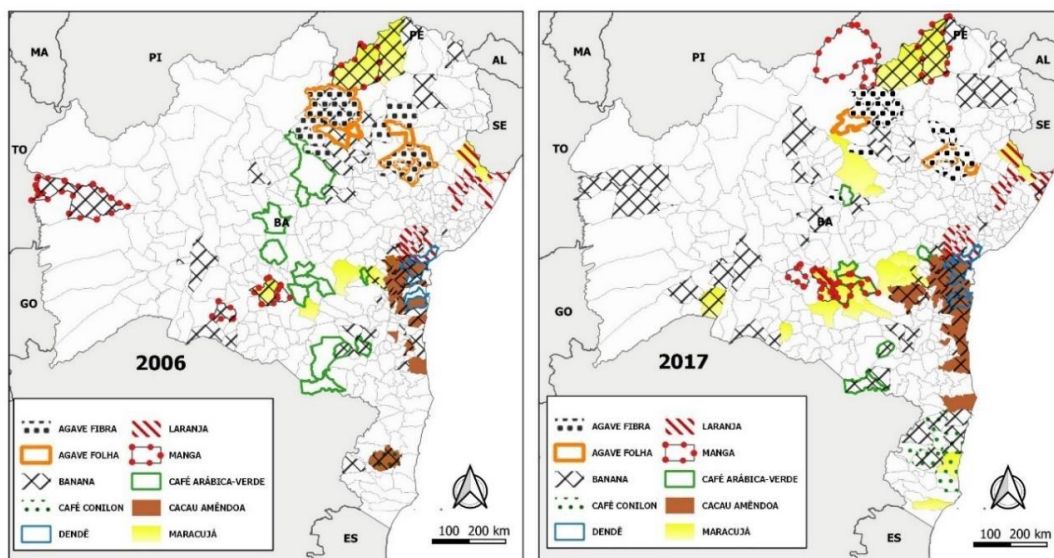
Esse processo de intensificação da avicultura familiar deve ser entendido à luz de sua acessibilidade tecnológica, da demanda contínua por proteína animal nas áreas urbanas e da existência de políticas públicas específicas, como o PAA e o PNAE, que possibilitam escoamento da produção em escala local. Além disso, a avicultura permite maior autonomia organizativa e pode ser desenvolvida em unidades produtivas com limitações fundiárias mais severas (Schneider, 2010).

Produção e território: leitura cartográfica e dinâmicas espaciais

A dimensão territorial é elemento-chave para compreender as dinâmicas da agricultura familiar com perfil pronaiano na Bahia. A análise cartográfica dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, realizada com o auxílio do *QGIS*, permitiu identificar padrões de concentração, dispersão e deslocamento espacial das principais atividades produtivas, revelando como as transformações no campo não ocorrem de

maneira homogênea, mas são moduladas por condições geoambientais, infraestrutura, acesso a políticas públicas e trajetórias socioterritoriais específicas (Figura 1).

Figura 1 – Principais produtos de lavouras permanentes dos estabelecimentos familiares de perfil pronaiano do estado da Bahia, com produção acima de 500 toneladas



Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 2006 e 2017).

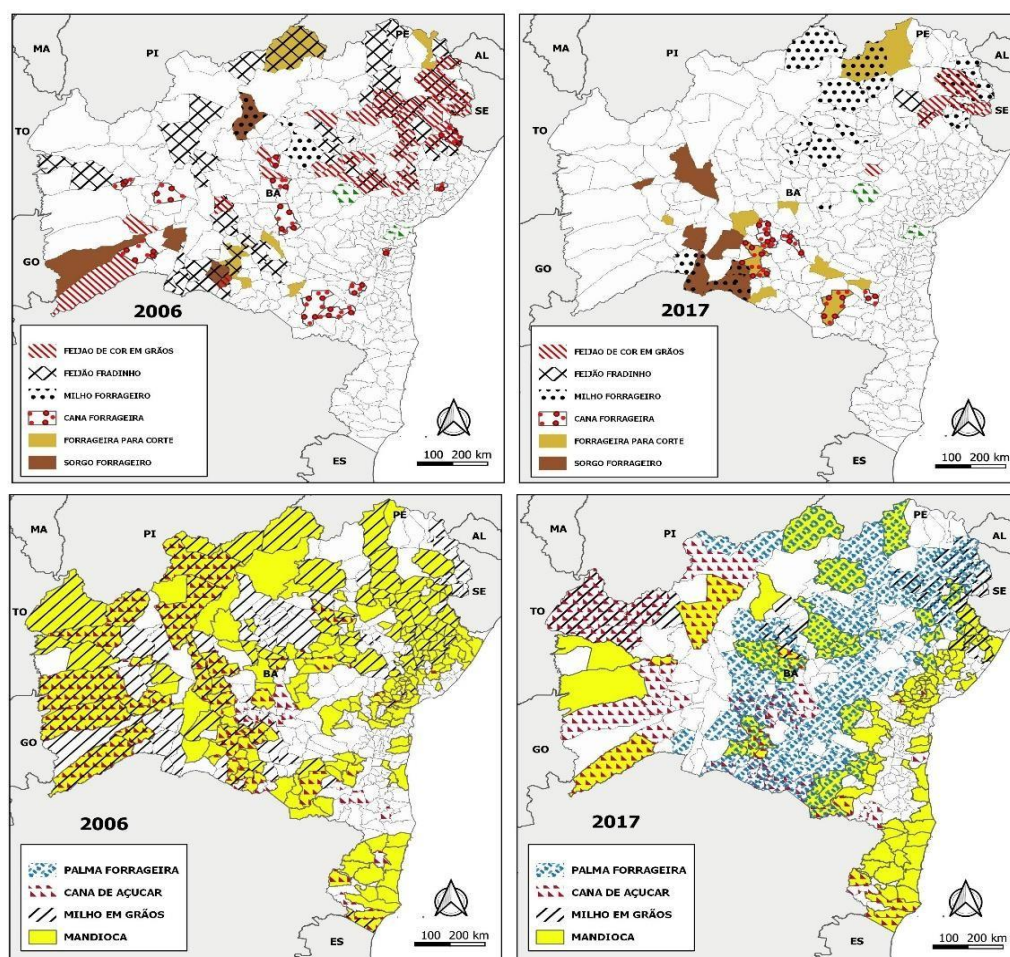
Org: autores, 2023.

No caso das lavouras permanentes da Bahia, conforme Figura 1, observou-se uma continuidade territorial em algumas cadeias tradicionais, como o cacau no sul do estado, e uma dispersão significativa em outras, como a banana e o maracujá. Em 2006, a produção de maracujá estava concentrada em municípios da região norte do estado, com destaque para Juazeiro. Já em 2017, o cultivo expandiu-se para o Centro-Sul e Sudoeste, evidenciando processos de territorialização produtiva vinculados a fatores como adaptação climática, migração de técnicas de cultivo e novas formas de inserção no mercado regional.

As lavouras temporárias apresentaram deslocamentos mais drásticos. A produção de milho e feijão, antes dispersa por diversas microrregiões, tornou-se mais restrita ao nordeste do estado, especialmente na área do Sealba, refletindo uma regionalização da especialização produtiva (Figura 2). Por outro lado, a palma forrageira emergiu em 2017 como principal cultivo temporário, com forte concentração nos municípios do semiárido baiano. A concentração espacial dessa cultura, presente em 163 municípios e responsável por quase metade da produção temporária familiar, revela o caráter adaptativo e

estratégico do cultivo frente à intensificação das secas e ao avanço das políticas de convivência com o semiárido (Buainain *et al.*, 2014).

Figura 2 – Principais produtos de lavouras temporárias dos estabelecimentos agropecuários familiares com produção acima de 500 toneladas



Fonte: IBGE (Censos Agropecuários 2006 e 2017).

Org: autores, 2023.

Essas reconfigurações espaciais não são apenas reflexo de decisões produtivas isoladas, mas expressão de processos sociais, históricos e políticos que afetam as possibilidades de reprodução da agricultura familiar em cada território. Municípios com maior presença de organizações sociais, redes de cooperação, assistência técnica efetiva e articulação com políticas públicas apresentaram maior dinamismo produtivo, mesmo em contextos adversos.

Assim, os mapas temáticos construídos a partir dos dados censitários demonstram que a geografia da agricultura familiar pronaiana na Bahia entre 2006 e 2017 foi marcada por movimentos contraditórios: retrações em culturas historicamente disseminadas e culturas emergentes localizadas de novos arranjos produtivos. Esses padrões reforçam a importância de políticas públicas que não apenas ofertem crédito e assistência, mas que incorporem a lógica territorial e participativa na sua formulação, promovendo um desenvolvimento rural mais equitativo, sustentável e coerente com as realidades locais.

Considerações Finais

Este estudo analisou as transformações nas características produtivas da agricultura familiar com perfil pronaiano no estado da Bahia, comparando os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. A partir da análise estatística descritiva e da representação cartográfica, foram identificadas mudanças significativas nas lavouras temporárias e permanentes, bem como nas atividades pecuárias. A seleção dessas categorias produtivas fundamentou-se em sua elevada representatividade nos estabelecimentos familiares baianos, o que confere robustez à comparação temporal.

Os resultados evidenciaram um predomínio de sistemas produtivos diversificados, nos quais o cultivo de lavouras convive com a criação de animais de médio e pequeno porte. Destacou-se, no período analisado, a expansão de cultivos voltados à alimentação animal, com ênfase para a palma forrageira, que se consolidou como uma alternativa estratégica no semiárido. Apesar da retração na produção de mandioca, esta manteve-se como a principal cultura da agricultura familiar baiana.

A análise espacial permitiu identificar importantes reconfigurações territoriais na produção agropecuária. Observou-se, por exemplo, uma ampla dispersão do cultivo da banana e a expansão do maracujá para outras regiões do estado, como o Centro-sul e o Leste do estado. Essas mudanças apontam para novas dinâmicas produtivas que devem ser consideradas na formulação de políticas públicas mais territorializadas e aderentes à diversidade regional.

Diante dos achados, reafirma-se o papel estratégico da agricultura familiar na segurança alimentar e no abastecimento interno dos municípios baianos. Os agricultores

familiares com perfil pronaiano continuam a exercer função central na produção de alimentos básicos, devendo ser, portanto, sujeitos prioritários nas políticas públicas de crédito, assistência técnica e fortalecimento da produção.

Nesse contexto, o Pronaf destaca-se como a principal política pública de alcance nacional voltada a esse segmento, contribuindo para a redução das desigualdades produtivas. Embora o crédito, por si só, não seja capaz de superar as limitações estruturais e históricas da agricultura familiar, constitui um instrumento relevante de estímulo à modernização produtiva e à melhoria das condições de vida no campo.

Assim, o fortalecimento da agricultura familiar deve ser entendido como um vetor para a promoção da sustentabilidade territorial, da soberania alimentar, da qualidade de vida tanto nas áreas rurais quanto urbanas, como uma estratégia de desenvolvimento rural. Investir nesse segmento produtivo significa, em última instância, investir na construção de um modelo agrícola mais justo, resiliente e sustentável para o Brasil.

Referências

- ABROMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. In: Estudos Rurais, Campinas: Hucitec, 1992. 275p.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Ipea Project; NEAD/MDA; World Bank, 2000.
- ANDRADE, R.; ORNELAS, J.; BRANDÃO, W. **Situação atual do sisal na Bahia e suas novas possibilidades de utilização e aproveitamento**. 2009. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/3_comunicacao01v9n1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.
- AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste: um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Ipea, Edição Especial Agricultura, 2020. 14p. DOI: <https://doi.org/10.38116/brua23art7>
- BLAMONT, E. *et al.* O semiárido da Bahia: problemas, desafios e possibilidades. **Bahia Agrícola**, v. 5, n. 2, nov. 2002. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/v5n2_semiarido.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

BUAINAIN, A. M. *et al.* **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sealba**: região de alto potencial agrícola no Nordeste brasileiro. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2020. (Documentos, n. 221). Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1115857/1/DOC221.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FORTINI, R. M. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado da Bahia**: a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 [recurso eletrônico]. Viçosa, MG: UFV, 2021. Disponível em: <https://bibliotecasemiarios.ufv.br/bitstream/123456789/53/1/cartilha%20eletr%C3%B4nica.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2026

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2012.tese_.Catia-Grisa.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417–421, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v21i1.1386> Disponível em: <https://seer.san.unicamp.br/san/article/view/8636>. Acesso em: 4 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEITE, S. P.; WESZ JUNIOR, V. J. Padrões de desenvolvimento e dinâmicas fundiárias no Brasil: a expansão do agronegócio da soja e seus efeitos sobre o meio rural. **Estudos Económicos**, v. 26, p. 57–72, 2009.

DOI: <https://doi.org/10.52292/j.estudecon.2009.886>

MATOS, L. V. **Cultivo da palma forrageira ‘gigante’ em agroecossistemas do semiárido baiano**. 2020. 150 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal no Semiárido) – Universidade Estadual de Montes Claros, Janaúba-MG, 2020.

RIBEIRO, M.; COUTO, J. L. A produção de milho na nova fronteira agrícola: SEALBA. **Indicadores da Agropecuária**, Salvador: Conab-Superintendência Regional da Bahia – Sureg-BA, 2020.

RODRIGUES, L. S. S. **Diagnóstico fitossanitário participativo: ferramenta para o manejo de pragas da citricultura do Recôncavo Baiano**. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, 2018.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v4i1.708>
Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16832>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Documento n. 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Santiago do Chile: RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, set. 2013.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015. (Texto para Discussão, n. 2076).

VALADARES, A. **O perfil na produção da agricultura familiar entre os censos agropecuários de 2006 e 2017: um panorama e sinais de mudança**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11107> Acesso em: 5 ago. 2026.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 2, p. 51–59, 2000. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v2i0.22105>

Recebido em 28/02/2026.

Aceito para publicação em 05/08/2026.